

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
NOTA À 11ª EDIÇÃO	11
Parte I	
NOÇÕES GERAIS	
1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS	37
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos.....	37
1.2. Tutelas contra o ilícito e tutelas contra o dano. Tutela satisfativa e tutela cautelar.....	40
1.3. Cognição e execução no sistema da tutela jurisdicional dos direitos.....	41
1.4. Processo e tutela dos direitos: tutela dos direitos mediante procedimento comum e procedimentos diferenciados	43
1.5. Segue: tutela definitiva fundada em cognição exauriente e tutela provisória fundada em cognição sumária.....	44
CASO	46
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	47
2.1. Introdução	47
2.2. Jurisdição.....	47
2.2.1. Limites da jurisdição nacional e das jurisdições estrangeiras	50
2.2.2. Cooperação internacional	51
2.3. Competência	52
2.3.1. Normas gerais.....	53
2.3.2. Determinação da competência.....	56
2.3.3. Regimes de competência.....	59
2.3.4. Modificações da competência	62
2.3.5. Declaração de incompetência.....	64
2.3.6. Cooperação nacional.....	64
2.3.7. Atos concertados entre juízes cooperantes.....	65
CASO	67
3. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	69
3.1. O processo civil como uma comunidade de trabalho	69
3.2. Juiz	74
3.2.1. Imparcialidade	76
3.2.2. Poderes e deveres do juiz na condução do processo e no julgamento da causa	78
3.3. Partes.....	79
3.3.1. Conceito de parte.....	79
3.3.2. Capacidade processual	82
3.3.3. Poderes e deveres das partes no processo	83
3.3.4. Litisconsórcio	85
3.3.4.1. Litisconsórcio necessário	88

3.3.4.2.	Litisconsórcio unitário	90
3.3.4.3.	Regime jurídico do litisconsórcio	91
3.4.	Terceiros.....	92
3.4.1.	Intervenção voluntária	94
3.4.1.1.	Assistência	94
3.4.1.1.1.	Assistência simples	94
3.4.1.1.2.	Assistência litisconsorcial	97
3.4.1.2.	<i>Amicus curiae</i>	98
3.4.1.3.	Intervenção anômala	101
3.4.2.	Intervenção forçada	103
3.4.2.1.	Denunciação da lide	103
3.4.2.2.	Chamamento ao processo	105
3.4.2.3.	Terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica.....	106
CASO.....		109
4.	ATOS PROCESSUAIS	111
4.1.	Ato processual	111
4.2.	Atos das partes e pronunciamentos do juiz.....	113
4.3.	Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	115
4.4.	Invalidades processuais	116
4.5.	Prazos.....	118
4.6.	Comunicação dos atos processuais	122
CASO.....		128
5.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	129
5.1.	Formação do processo.....	129
5.2.	Suspensão do processo.....	129
5.3.	Extinção do processo	132
CASO.....		135

Parte II

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CONHECIMENTO DA CAUSA

1.	PROCEDIMENTO COMUM	139
1.1.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados. O procedimento comum como procedimento padrão para a tutela dos direitos	139
1.2.	Estrutura do procedimento comum	141
1.3.	Alterações de procedimento por iniciativa judicial e pela vontade das partes. Negócios processuais em tema de procedimento	142
1.4.	Fases e estágios do procedimento comum	143
1.4.1.	Perspectiva horizontal.....	143
1.4.2.	Perspectiva vertical.....	146
CASO.....		147
2.	PETIÇÃO INICIAL.....	149
2.1.	A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo	149

2.2.	Requisitos da petição inicial	149
2.2.1.	Partes	150
2.2.2.	Causa de pedir	151
2.2.3.	Pedido	155
2.2.3.1.	Pedido certo	158
2.2.3.2.	Pedido determinado	158
2.2.3.3.	Pedido alternativo	159
2.2.3.4.	Cumulação de pedidos	160
2.2.3.4.1.	Cumulação simples	160
2.2.3.4.2.	Cumulação sucessiva	161
2.2.3.4.3.	Cumulação alternativa	162
2.2.3.5.	Modificações da causa de pedir e do pedido	162
2.2.4.	Valor da causa	163
2.2.5.	Requerimento de provas	164
2.2.6.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	164
2.3.	Emenda à petição inicial	165
2.4.	Indeferimento da petição inicial	165
2.5.	Improcedência liminar do pedido	166
2.6.	Deferimento da petição inicial	168
CASO	169	
3.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	171
3.1.	A designação da audiência preliminar	171
3.2.	Modelo multiportas	173
CASO	175	
4.	ATITUDES DO RÉU	177
4.1.	Atitudes do réu	177
4.2.	Contestação	178
4.3.	Reconvenção	183
4.4.	Revelia	186
CASO	193	
5.	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	195
5.1.	Técnica antecipatória e tutela dos direitos. A perversa ideologia por detrás do legislador em matéria de antecipação da tutela	195
5.2.	Tutela satisfativa e tutela cautelar. Tutela específica e tutela pelo equivalente mediante técnica antecipatória	196
5.3.	A técnica antecipatória como forma de distribuição isonômica do ônus do tempo no processo civil. A “urgência” e a “evidência” como seus fundamentos	197
5.4.	A técnica antecipatória como forma de promoção da lógica do provável. A probabilidade do direito como seu pressuposto	201
5.5.	Requerimento da parte e recurso	204
5.6.	Interinalidade	206
5.7.	Momento	206
5.8.	Competência	208
5.9.	Fundamentação	208

5.10. Eficácia.....	209
5.11. Efetivação.....	210
5.12. Fungibilidade	211
5.13. A necessidade de tutela ao direito antecedente ao processo.....	211
5.13.1. Tutela antecipada antecedente. Autonomização e estabilização.....	212
5.13.2. Tutela cautelar antecedente. Referibilidade	216
5.14. Responsabilidade.....	218
CASO.....	219
6. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	221
6.1. Tutela adequada e sumarização formal do procedimento.....	221
6.2. Extinção do processo	222
6.3. Julgamento antecipado do mérito	222
6.3.1. Julgamento integral.....	223
6.3.2. Julgamento parcial	224
CASO.....	226
7. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	227
7.1. Do despacho saneador à organização em cooperação com as partes.....	227
7.2. Organização do processo	228
7.2.1. Organização retrospectiva.....	229
7.2.2. Organização prospectiva.....	229
CASO.....	232
8. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	233
8.1. Objeto da audiência e sua necessidade.....	233
8.2. Unidade da audiência e possibilidade de seu desdobramento.....	234
CASO.....	236
9. PROVA	237
9.1. A função da prova	237
9.1.1. A verdade e as teorias sobre sua busca.....	237
9.1.2. A definição de prova	242
9.2. Objeto da prova	245
9.3. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	246
9.3.1. O direito e o dever à prova.....	246
9.3.2. As regras de privilégio como exceção ao dever de prova	249
9.4. Ônus da prova.....	252
9.4.1. O fim da distribuição do ônus da prova	252
9.4.2. Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu.....	255
9.4.3. A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida.....	255
9.4.4. Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada	256
9.4.5. A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material.....	257
9.4.6. A distribuição e a modificação do ônus da prova no Código de Processo Civil.....	258

9.4.7.	A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	261
9.4.8.	Modificação convencional do ônus da prova.....	264
9.4.9.	Ônus da prova, convicção e motivação.....	266
9.5.	Fatos afirmados que não dependem de prova	267
9.5.1.	Considerações iniciais.....	267
9.5.2.	Fatos notórios	267
9.5.3.	Confissão.....	269
9.5.4.	Não contestação.....	271
9.5.5.	Presunção legal de existência ou de veracidade	274
9.6.	Poder probatório do juiz	275
9.7.	Prova emprestada.....	276
9.8.	Fases do procedimento probatório	279
9.9.	A prova indiciária	281
9.9.1.	Considerações iniciais.....	281
9.9.2.	Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisório)	286
9.10.	A prova e a ação inibitória.....	287
9.10.1.	Apresentação das premissas	287
9.10.2.	Pressupostos da ação inibitória.....	289
9.10.3.	A ameaça	290
9.10.4.	A prova da ameaça	292
9.11.	A obtenção antecipada de prova.....	295
9.12.	Prova ilícita.....	299
9.12.1.	As provas típicas e atípicas	299
9.12.2.	Os planos dos fatos e das provas	300
9.12.3.	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador	301
9.12.4.	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-constituída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída	302
9.12.5.	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova	302
9.12.6.	A gravidade da violação	303
9.12.7.	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências	304
9.12.8.	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”	305
9.12.9.	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF	306
9.12.10.	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil	306
9.12.11.	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade	307
9.12.12.	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada	311
9.12.13.	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimento inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimento provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>)	312

9.12.14.	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear	314
9.12.15.	A teoria da descontaminação do julgado	315
9.13.	Depoimento pessoal	315
9.13.1.	Conceito, natureza jurídica e generalidades	315
9.13.2.	Procedimento probatório	319
9.14.	Confissão.....	320
9.14.1.	Conceito e generalidades	320
9.14.2.	Natureza jurídica	321
9.14.3.	Elementos da confissão	322
9.14.4.	Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão....	324
9.14.5.	Confissão efetiva e confissão ficta.....	326
9.14.6.	Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada...	327
9.14.7.	Eficácia.....	327
9.14.8.	Indivisibilidade da confissão	328
9.15.	Exibição de documento ou coisa	330
9.15.1.	Generalidades e definição	330
9.15.2.	Campo de atuação da exibição	331
9.15.3.	Exibição e dever de colaboração com o Judiciário	331
9.15.4.	Natureza da exibição	333
9.15.5.	Fundamento da exibição	333
9.15.6.	Sujeitos da exibição	334
9.15.7.	Procedimento da exibição em face da parte	336
9.15.8.	Procedimento da exibição em face de terceiro.....	337
9.16.	Prova documental	337
9.16.1.	Generalidades.....	337
9.16.2.	Noção	339
9.16.3.	Prova documental e prova documentada	341
9.16.4.	Documento e instrumento	342
9.16.5.	Elementos do documento	343
9.16.6.	Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade.....	346
9.16.7.	Prova documental e evolução tecnológica.....	348
9.16.8.	A prova documental eletrônica na Lei 11.419, de 2006.....	354
9.16.9.	A fotografia digital.....	356
9.16.10.	Prova documental e <i>fac-símile</i>	357
9.16.11.	Força probante dos documentos.....	359
9.16.12.	Produção da prova documental	361
9.16.13.	Incidente de arguição de falsidade documental.....	364
9.17.	Ata notarial.....	369
9.18.	Prova testemunhal	371
9.18.1.	Generalidades e conceito	371
9.18.2.	A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio.....	372
9.18.3.	Produção da prova testemunhal	374
9.19.	Prova pericial.....	376
9.19.1.	Generalidades e definição	376

9.19.2.	O perito e os assistentes técnicos. A perícia consensual	378
9.19.3.	Produção da prova pericial	381
9.19.4.	Segunda perícia.....	383
9.19.5.	Valor da prova pericial.....	383
9.19.6.	A prova estatística.....	384
9.20.	Inspeção judicial	388
9.20.1.	Generalidades e noção	388
9.20.2.	Produção da inspeção judicial.....	389
CASO 1		390
CASO 2		391
10. SENTENÇA		393
10.1.	Conceito.....	393
10.2.	Função.....	394
10.3.	Sentença, decisão e justificação. <i>Context of discovery e context of justification</i>	397
10.4.	Sentença, decisão e racionalidade. O duplo discurso	398
10.5.	Elementos essenciais da sentença.....	400
10.6.	Em especial: a fundamentação da sentença	401
10.6.1.	Sentença e convicção.....	402
10.6.1.1.	Verdade e convicção	402
10.6.1.2.	Convicção e participação judicial.....	402
10.6.1.3.	Limitações à produção da prova	403
10.6.1.4.	A tese sueca sobre o convencimento judicial	404
10.6.1.5.	A acentuação da função da verossimilhança. <i>Överviktsprinzip</i> e <i>Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante	405
10.6.1.6.	A teoria de Gerhard Walter	406
10.6.1.7.	Objeções à teoria da verossimilhança preponderante	407
10.6.1.8.	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	408
10.6.2.	Fundamentação e prova	409
10.6.2.1.	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes.....	409
10.6.2.2.	A explicação e a contextualização do conteúdo e do significado das provas	410
10.6.2.3.	A motivação da prova indiciária e da presunção.....	411
10.6.2.4.	Motivação não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora.....	411
10.6.2.5.	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas	412
10.6.2.6.	Raciocínio probatório, decisão e justificação	413
10.6.2.6.1.	A justificação da credibilidade da prova	414
10.6.2.6.2.	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada	415
10.6.2.6.3.	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato.....	416
10.6.2.6.4.	O raciocínio entre o indício e o fato essencial	416
10.6.2.6.5.	Valoração individual e valoração conjunta.....	419
10.6.2.6.6.	A valoração conjunta, o encontro de duas narrativas aceitáveis e a reconstrução da verdade no processo.....	420
10.6.2.6.7.	As dimensões analítica e sintética	420
10.6.2.6.8.	Coerência narrativa e reconstrução da verdade no processo.....	421

10.6.2.6.9.	A coerência lógica.....	422
10.6.2.6.10.	A congruência.....	422
10.6.2.6.11.	A integração entre os métodos analítico e sintético	424
10.6.3.	Fundamentação e direito. O direito ao contraditório como direito de influência e o dever de fundamentação analítica como dever de diálogo no CPC de 2015	425
10.6.3.1.	As hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. A vedação à decisão genérica.....	426
10.6.3.2.	Ainda as hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. O prévio diálogo na determinação da interpretação e na aplicação do direito. A vedação à decisão-surpresa.....	427
10.6.3.3.	A necessidade de análise de todos os fundamentos do processo e não só daqueles que convergem para a decisão	427
10.6.3.4.	O art. 489, § 2º, do CPC/2015	429
10.6.3.5.	O consequencialismo e a proteção à segurança jurídica nos processos que envolvem o Poder Público.....	432
10.7.	Regra da congruência.....	434
10.8.	Sentença e fato superveniente	436
10.9.	Sentença e preclusão consumativa.....	437
10.10.	Classificação das sentenças	437
10.11.	Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência.....	446
10.11.1.	Sentença declaratória.....	446
10.11.2.	Sentença constitutiva	447
10.11.3.	Sentença condenatória.....	448
10.11.4.	Sentença mandamental.....	450
10.11.5.	Sentença executiva.....	451
10.12.	Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos.....	452
10.13.	Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes	454
10.14.	A questão da tutela específica dos direitos	456
10.15.	Sentenças não autossuficientes e as várias espécies de tutela	459
10.15.1.	Primeiras considerações	459
10.15.2.	Tutela inibitória	460
10.15.2.1.	Premissas	460
10.15.2.2.	Pressupostos	460
10.15.2.3.	Tutela inibitória como corolário do direito fundamental à tutela adequada e efetiva	461
10.15.2.4.	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva.....	462
10.15.2.5.	Tutela inibitória individual e tutela inibitória coletiva	462
10.15.2.6.	Tutela inibitória e regra da adstrição ao pedido	463
10.15.2.7.	Tutela inibitória, sentença mandamental e sentença executiva	465
10.15.3.	Tutela inibitória do inadimplemento.....	467
10.15.4.	Tutela de remoção do ilícito	468
10.15.5.	Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito	470
10.15.6.	Tutela resarcitória na forma específica	473
10.15.7.	Tutela pelo equivalente monetário	474
10.15.8.	Tutela de imissão na posse.....	474
10.15.9.	Tutela reivindicatória	475

10.15.10.	Tutela de reintegração de posse	476
10.15.11.	Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição de contrato	476
CASO		479
11. RECURSOS		481
11.1.	Conceito	481
11.2.	Sucedâneos recursos	482
11.3.	Classificação dos recursos	484
11.4.	Normas fundamentais	486
11.4.1.	Duplo grau de jurisdição	487
11.4.2.	Taxatividade	488
11.4.3.	Unirrecorribilidade	489
11.4.4.	Fungibilidade	489
11.4.5.	Proibições da <i>reformatio in pejus</i>	492
11.4.6.	Colegialidade	492
11.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	493
11.6.	Efeitos dos recursos	499
11.6.1.	Devolutivo	500
11.6.2.	Translativo	501
11.6.3.	Suspensivo	502
11.6.4.	Expansivo	503
11.6.5.	Substitutivo	504
11.6.6.	Obstativo	504
11.7.	Apelação	504
11.8.	Agravo de instrumento	509
11.9.	Agravo interno	512
11.10.	Embargos de declaração	514
11.11.	Recurso ordinário	518
11.12.	Recurso extraordinário e recurso especial	519
11.13.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	531
11.14.	Embargos de divergência	533
CASO		536
12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS		537
12.1.	Processo nos tribunais	537
12.2.	Ordem dos processos nos tribunais	537
12.2.1.	Registro e distribuição	537
12.2.2.	Poderes do relator	538
12.2.3.	Julgamento colegiado	539
12.2.4.	Decisão não unânime e convocação de novos julgadores. A técnica da ampliação do quórum de julgamento	540
12.3.	Incidentes recursais	541
12.3.1.	Incidente de assunção de competência	541
12.3.2.	Incidente de arguição de constitucionalidade	545
12.3.3.	Incidente de conflito de competência	548
12.3.4.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	550

12.4.	O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e do recurso repetitivo	559
12.4.1.	Introdução	559
12.4.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	560
12.4.2.1.	Meio processual para resolução de litígios de que derivam casos em massa e sistema de precedentes das Cortes Supremas: decisão <i>erga omnes</i> e precedente	560
12.4.2.2.	Coisa julgada sobre questão (art. 503, § 1º, CPC/2015)	561
12.4.2.3.	<i>Non-mutual collateral estoppel</i> . A possibilidade de o terceiro alegar a proibição de rediscutir a questão já decidida no direito estadunidense	562
12.4.2.4.	Violação do direito constitucional de participar em contraditório	564
12.4.2.5.	Solução para a preservação da técnica processual	566
12.4.3.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	567
12.4.3.1.	Compreensão dos recursos extraordinário e especial repetitivos enquanto meios que viabilizam a elaboração de precedentes	567
12.4.3.2.	Direito ao recurso especial e necessidade de enfatizar o contraditório	569
12.4.3.3.	Participação dos legitimados e do Ministério Pùblico e compensação da não participação dos recorrentes	571
12.4.3.4.	A particularidade do recurso extraordinário e do recurso especial: a repercussão geral e a relevância	572
12.5.	Ações originárias	573
12.5.1.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	573
12.5.2.	Ação rescisória	575
12.5.2.1.	Generalidades	575
12.5.2.2.	Hipóteses de cabimento	576
12.5.2.3.	Juízo rescindente e juízo rescisório	581
12.5.2.4.	Procedimento	582
12.5.3.	Ação anulatória de ato processual	588
12.5.4.	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	590
12.5.5.	Reclamação	592
CASO	594	
13.	PRECEDENTES	595
13.1.	Aproximação entre as tradições de <i>civil law</i> e de <i>common law</i>	595
13.2.	Precedentes	595
13.3.	O art. 927 do CPC de 2015 e “os pronunciamentos que devem ser observados pelos Juízes e Tribunais”	603
13.3.1.	Introdução	603
13.3.2.	Decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade	604
13.3.3.	Acórdãos em incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos	604
13.3.4.	Súmulas vinculantes e súmulas do STF e do STJ	605
13.3.5.	O caráter exemplificativo do art. 927 do CPC	606
13.4.	<i>Ratio decidendi e obiter dictum</i>	607
13.5.	Decisão e Precedente	609

13.5.1.	O julgamento colegiado nas Cortes Supremas.....	609
13.5.2.	Maioria em relação ao resultado e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente	610
13.5.3.	Compatibilização entre a função de resolver os casos e a função de elaborar precedentes	611
13.6.	Distinções e superações.....	614
13.7.	Efeitos no tempo da decisão que revoga precedente (art. 927, § 3.º, CPC/2015)	617
13.7.1.	Modulação dos efeitos da decisão revogadora diante da transformação da função das Cortes Supremas.....	617
13.7.2.	A “confiança justificada” como critério para a modulação dos efeitos da decisão revogadora	617
13.7.3.	Meios para a regulação dos efeitos temporais	618
13.7.4.	Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e da revogação de precedente.....	618
CASO.....		621
14. COISA JULGADA		623
14.1.	Coisa julgada como expressão da segurança jurídica.....	623
14.2.	Coisa julgada e preclusão	624
14.3.	Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate....	625
14.4.	Limites da coisa julgada	629
14.4.1.	Limites territoriais.....	630
14.4.2.	Limites temporais.....	631
14.4.3.	Limites subjetivos	631
14.4.4.	Limites objetivos	634
14.5.	Eficácia da coisa julgada.....	635
14.5.1.	Eficácia negativa.....	635
14.5.2.	Eficácia positiva.....	636
14.5.3.	Eficácia preclusiva	636
14.6.	Coisa julgada sobre questão (inclusive em benefício de terceiros)	639
14.6.1.	Os artigos 503 e 506 do Código de Processo Civil: a introdução da coisa julgada sobre questão, inclusive em benefício de terceiros, no direito brasileiro	639
14.6.2.	Razão de ser da coisa julgada sobre questão	640
14.6.3.	Questão de que depende o julgamento do mérito	641
14.6.4.	A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo	642
14.6.5.	Questão discutida	642
14.6.6.	Coisa sobre questão e prova.....	646
14.6.7.	Questão decidida	647
14.6.8.	Competência absoluta.....	647
14.6.9.	Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros.....	648
14.6.10.	A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo	650
14.6.11.	A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros	651
14.6.12.	Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos.....	652

14.6.13.	Discussão sobre o preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão.....	653
14.7.	A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de constitucionalidade: impugnação, rescisória e modulação de efeitos	654
14.7.1.	A impugnação fundada em decisão de constitucionalidade no CPC de 2015: a afirmação dos Precedentes Constitucionais	654
14.7.2.	A ação rescisória fundada em violação de “norma jurídica”(art. 966,V, CPC/2015).....	656
14.7.3.	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional. Crítica	659
14.7.4.	A adoção de “interpretação” depois dita inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal: reforço da evidência de que a norma judicial não se confunde com o texto legal e, assim, não pode ser rescindida por norma posteriormente elaborada pela Corte Suprema.....	666
14.7.5.	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada	669
14.7.6.	O verdadeiro fundamento da rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada.....	669
14.7.7.	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de constitucionalidade no CPC de 2015	670
14.7.8.	O caso Metabel v. União Federal: a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	671
14.7.9.	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional	673
14.7.10.	Modulação de efeitos e coisa julgada	675
14.8.	Relativização da coisa julgada?	678
14.8.1.	Introdução	678
14.8.2.	Investigação de paternidade e exame de DNA.....	678
14.8.3.	Justa indenização e distorção da prova pericial.....	679
14.8.4.	A pretensão de uso da “proporcionalidade”	679
14.8.5.	A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial	684
14.8.6.	O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional	689
14.9.	A coisa julgada tributária no tempo.....	690
14.9.1.	A coisa julgada tributária no Supremo Tribunal Federal	690
14.9.2.	Eficácia temporal da coisa julgada tributária	691
14.9.3.	Cessação da eficácia temporal da coisa julgada em face da “modificação no estado de direito”: a diferença entre a decisão de (in)constitucionalidade e a decisão interpretativa	691
14.9.4.	A necessidade de declaração judicial da cessação da eficácia temporal da coisa julgada	693
14.10.	Coisas julgadas contraditórias.....	694
14.10.1.	O problema em outra perspectiva.....	694
14.10.2.	A superação do prazo da ação rescisória não consome a primeira coisa julgada, mas apenas potencializa a contradição entre as coisas julgadas...	697

14.10.3.	A legitimidade da primeira coisa julgada e a necessidade de formulação de critérios racionais para a solução de conflitos entre coisas julgadas	698
14.10.4.	A segunda coisa julgada pode ser objeto de ação declaratória de ineeficácia, além de o executado poder invocar a existência de coisa julgada contraditória na impugnação sob o fundamento de inexigibilidade do direito	699
CASO		702

Parte III

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	TEORIA DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS MEDIANTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	705
1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	705
1.1.1.	A sentença autossuficiente e a sentença dependente de execução.....	705
1.1.2.	A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	706
1.1.3.	As formas de execução da sentença condenatória na história	708
1.1.4.	A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução	709
1.1.5.	A falsa suposição de que a sentença condenatória é tutela jurisdicional do direito	712
1.1.6.	A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação	714
1.1.7.	O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação	715
1.1.8.	A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos.....	716
1.1.9.	As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação.....	719
1.2.	Panorama histórico da efetivação de sentenças no Código de Processo Civil de 1973 e a atipicidade das formas executivas	721
1.2.1.	Primeiras observações	721
1.2.2.	A ação de execução de sentença no CPC de 1973	721
1.2.3.	O sistema executivo dos arts. 461 e 461-A do CPC de 1973	723
1.2.4.	A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução no Código de 1973	728
1.2.5.	A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória na vigência do Código de 1973	729
1.2.6.	As insuficiências do modelo do CPC de 1973	733
1.2.7.	O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento	734
1.2.7.1.	Daviso clássica da ação como direito ao julgamento de mérito à noção de direito à obtenção da tutela do direito material	734
1.2.7.2.	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idónea à situação material litigiosa e o princípio da tipicidade da execução como obstáculo à efetividade do direito de ação.....	735

1.2.7.3.	O direito fundamental de ação e suas exigências no Estado Constitucional	737
1.2.8.	Panorama geral do Código de Processo Civil atual e a influência das ideias desenvolvidas no direito anterior na formação do atual cumprimento judicial de prestações.....	738
1.2.9.	Uma luz no fim do túnel. A abertura do sistema de proteção dos créditos à atipicidade das formas executivas.....	739
1.3.	Técnica executiva e tutela dos direitos	740
1.3.1.	A sentença dependente de execução	740
1.3.2.	Tutela do direito e sentença.....	741
1.3.3.	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia”.....	741
1.3.4.	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia.....	742
1.3.5.	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos.....	744
1.4.	Princípios fundamentais da execução	745
1.4.1.	Considerações gerais.....	745
1.4.2.	O princípio do título executivo.....	746
1.4.3.	O princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas	746
1.4.4.	O princípio do resultado	748
1.4.5.	O princípio da responsabilidade patrimonial/pessoal	749
1.4.6.	O princípio da menor onerosidade da execução.....	750
1.4.7.	O princípio da transparência patrimonial	751
1.4.8.	O princípio do contraditório	752
1.5.	As formas de execução	754
1.5.1.	Noção de execução.....	754
1.5.2.	Execução direta e execução indireta.....	755
1.5.3.	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito	756
1.5.4.	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor	757
1.5.4.1.	Execução através de multa	757
1.5.4.1.1.	Primeiras observações	757
1.5.4.1.2.	A natureza da multa diante do resarcimento...	758
1.5.4.1.3.	O destinatário do valor da multa	759
1.5.4.1.4.	A multa e os fazeres infungível e fungível.....	760
1.5.4.1.5.	Limite do valor da multa.....	762
1.5.4.1.6.	Critérios para a definição do valor e da forma temporal da multa	763
1.5.4.1.7.	Eficácia da multa. O problema da intimação do devedor	765
1.5.4.1.8.	O instante em que a multa pode ser cobrada...	767
1.5.4.1.9.	O problema do “efeito perverso” da multa	769
1.5.4.1.10.	A questão da modificação do valor da multa...	770
1.5.4.2.	A prisão como meio executivo.....	771
1.5.4.3.	Restrição a direitos como técnica coercitiva.....	775
1.5.4.4.	Execução mediante outras modalidades de convencimento.....	777
1.5.5.	Atuação executiva alheia à vontade do devedor.....	778
1.5.5.1.	Execução através da sentença.....	778

1.5.5.2.	Obstaculização, remoção e aposseamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juiz	779
1.5.5.3.	Realização de fazer. Execução por particular.....	780
1.5.5.4.	Execução por expropriação	781
1.6.	O art. 515, I, do CPC e as sentenças que dependem de execução	782
1.6.1.	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças.....	782
1.6.2.	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença	784
1.6.3.	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito	785
1.6.4.	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória	785
1.6.5.	O conceito clássico de condenação	786
1.6.6.	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação	789
1.6.7.	Elementos incluídos no gênero sentença não autossuficiente e presentes nas novas modalidades de sentenças	791
1.6.8.	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução...	793
1.6.9.	Critérios para a classificação das sentenças dependentes de execução.....	793
1.6.10.	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional	794
1.6.11.	A sentença que tutela o direito constrangendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução	798
1.6.12.	Sentença com eficácia executiva extrínseca e sentenças de executividade intrínseca. O problema do art. 513, § 1.º, do CPC	800
1.6.13.	Fungibilidade de técnicas	802
1.6.14.	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva	802
1.7.	Os títulos executivos judiciais.....	804
1.7.1.	Observações gerais.....	804
1.7.2.	O rol dos títulos judiciais.....	805
1.8.	Liquidão da obrigação	811
1.8.1.	Requisitos da obrigação a executar	811
1.8.1.1.	Exigibilidade	811
1.8.1.2.	Certeza	813
1.8.1.3.	Liquidize	813
1.8.2.	Liquidão da obrigação. Considerações gerais	814
1.8.3.	Natureza da liquidão.....	816
1.8.4.	Liquidão por cálculos.....	817
1.8.4.1.	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros....	818
1.8.4.2.	Elaboração do cálculo pelo contador judicial	820
1.8.5.	Liquidão por arbitramento	821
1.8.6.	Liquidão pelo procedimento comum	822
1.8.7.	Princípio da fidelidade ao título.....	824
1.8.8.	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidão. Decisão ou sentença?	828
1.8.9.	Liquidão e coisa julgada.....	829
1.9.	Questões gerais do procedimento de cumprimento de sentença	831
1.9.1.	Observações iniciais.....	831

1.9.2.	A instauração do cumprimento de sentença e a cumulação de execuções.....	831
1.9.3.	Partes e terceiros	833
1.9.3.1.	As partes na execução. Litisconsórcio	833
1.9.3.2.	A intervenção de terceiros na execução	835
1.9.3.3.	O cônjuge do executado e sua situação na execução.....	835
1.9.4.	Competência	836
1.9.5.	Os efeitos do início da execução. A prescrição	839
CASO		844
2. A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER		845
2.1.	Imposição de fazer e de não fazer, prestação da tutela do direito e meios de execução adequados.....	845
2.1.1.	Considerações iniciais.....	845
2.1.2.	Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente.....	846
2.1.3.	Tutela inibitória	847
2.1.4.	Tutela de remoção do ilícito	852
2.1.5.	Tutela resarcitória na forma específica	854
2.1.6.	Tutela do adimplemento na forma específica.....	859
2.1.7.	Tutela do adimplemento perfeito	863
2.1.8.	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer.....	864
2.2.	O poder executivo para a imposição do fazer e do não fazer	865
2.2.1.	A liquidação da sentença.....	865
2.2.2.	A concentração do poder de execução	865
2.2.3.	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida	867
2.2.4.	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada	869
2.2.5.	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado	870
2.2.6.	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado	871
2.2.7.	Conversão da tutela específica em perdas e danos	871
2.2.8.	O controle do poder executivo do juiz	872
2.2.8.1.	Adequação e necessidade	872
2.2.8.2.	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos	873
2.2.8.3.	O controle do poder executivo na fase de execução	874
2.2.8.4.	A importância da justificativa para o controle do poder executivo	875
2.3.	Defesa do Executado	876
2.3.1.	Os recursos no controle do poder executivo do juiz.....	876
2.3.2.	A defesa em primeiro grau de jurisdição	876
2.4.	A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade	877
2.4.1.	Tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	877

2.4.2.	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade.....	878
2.4.3.	A natureza da sentença que presta a tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade.....	879
2.4.4.	O equívoco de subordinar os efeitos da sentença ao seu trânsito em julgado.....	880
2.4.5.	Requisitos para se poder obter sentença que produza os efeitos da declaração de vontade em relação a contrato não cumprido	883
2.4.5.1.	Apresentação da questão	883
2.4.5.2.	O registro do contrato preliminar	884
2.4.5.3.	A sentença de procedência e o surgimento de novas obrigações	885
CASO.....		886
3.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	887
3.1.	A “ação que tem por objeto a entrega de coisa” e as tutelas dos direitos	887
3.1.1.	Considerações preliminares	887
3.1.2.	Tutela específica e meios executivos	888
3.2.	As diversas tutelas dos direitos prestadas a partir da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de entregar coisa e os meios de execução adequados	889
3.2.1.	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa...	889
3.2.2.	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa.....	891
3.2.3.	Tutela de imissão na posse.....	893
3.2.4.	Tutela reivindicatória	895
3.2.5.	Tutela de reintegração de posse	897
3.2.6.	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato	898
3.2.7.	Tutela resarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa ...	902
3.3.	Coisa certa e coisa incerta	902
3.3.1.	Conceito	902
3.3.2.	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade.....	903
3.3.3.	Coisa incerta e coisa fungível.....	903
3.3.4.	Coisa incerta e obrigação alternativa	903
3.3.5.	Instante da individualização da coisa.....	903
3.3.6.	A impugnação da individualização da coisa.....	904
3.4.	A defesa do executado.....	904
3.5.	Direito de retenção	905
CASO.....		907
4.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	909
4.1.	Tutela pecuniária e técnicas de execução	909
4.1.1.	Observações iniciais.....	909
4.1.2.	A distinção entre prestações de fazer, não fazer, entregar coisa e pagar	911
4.1.3.	Sentenças condenatórias e sentenças mandamentais ou executivas na tutela de prestações de pagar	912
4.2.	Fase inicial da execução.....	913
4.2.1.	Pagamento voluntário.....	913

4.2.2.	O pleito executivo	914
4.2.3.	O prazo para pagamento voluntário	917
4.2.4.	A multa condenatória	919
4.2.5.	O protesto executivo	920
4.3.	Penhora	921
4.3.1.	Penhora. Definição. Efeitos	921
4.3.2.	Responsabilidade patrimonial	922
4.3.2.1.	Bens do devedor não sujeitos à penhora	922
4.3.2.1.1.	Impenhorabilidade absoluta	923
4.3.2.1.2.	Impenhorabilidade relativa	928
4.3.3.	Bens de terceiros sujeitos à penhora	928
4.3.4.	Fraude contra credores e fraude à execução	930
4.3.5.	Procedimento da penhora	934
4.3.5.1.	Ordem de bens a serem penhorados	936
4.3.5.2.	A substituição da penhora	938
4.3.5.3.	A penhora on-line	940
4.3.5.4.	Questões particulares da penhora	945
4.3.5.5.	Penhora de quotas ou de ações de sociedades	948
4.4.	Providências preliminares à satisfação do credor	949
4.4.1.	A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros	949
4.4.2.	Depósito dos bens penhorados	950
4.4.3.	Avaliação dos bens penhorados	952
4.4.4.	Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora	953
4.4.5.	Alienação antecipada de bens	954
4.4.6.	Outras providências	955
4.5.	A defesa do executado	956
4.5.1.	Primeiras considerações	956
4.5.2.	A impugnação à execução	958
4.5.2.1.	Conceito e natureza jurídica	958
4.5.2.2.	Requisitos para a admissibilidade da impugnação	960
4.5.2.3.	Matérias que podem fundar a impugnação	961
4.5.2.4.	Concessão de efeito suspensivo à impugnação	970
4.5.2.5.	Procedimento da impugnação	974
4.5.2.6.	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade	976
4.5.3.	Outras vias de reação do executado	977
4.5.3.1.	Arguição de impedimento e de suspeição	977
4.5.3.2.	Alegação de fatos supervenientes	977
4.5.3.3.	Exceção de pré-executividade	978
4.5.3.4.	Ações autônomas	979
4.6.	Satisfação do credor	980
4.6.1.	As formas de satisfação do credor	980
4.6.2.	Natureza jurídica da expropriação	981
4.6.3.	A adjudicação	982
4.6.3.1.	Pressupostos da adjudicação	983
4.6.3.2.	Procedimento da adjudicação	985
4.6.3.3.	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação	986
4.6.4.	A alienação do bem	986

4.6.4.1.	A alienação por iniciativa particular	987
4.6.4.2.	A alienação em leilão judicial	988
4.6.4.2.1.	A convocação para o leilão judicial.....	990
4.6.4.2.2.	A legitimação para arrematar.....	991
4.6.5.	A arrematação judicial	992
4.6.5.1.	Conclusão da arrematação e consequências do acolhimento da impugnação	994
4.6.5.2.	Formas especiais de arrematação	995
4.6.6.	A apropriação de frutos e rendimentos de empresas, estabelecimentos e outros bens	996
4.6.6.1.	Requisitos da decretação do direito à apropriação de frutos e rendimentos.....	996
4.6.6.2.	Procedimento da apropriação de frutos e rendimentos	997
4.7.	Entrega do dinheiro ao credor.....	998
4.7.1.	O pagamento direto.....	998
4.7.2.	O concurso singular de credores	999
CASO		1002
5. SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....		1003
5.1.	O término da execução	1003
5.2.	A sentença de extinção do cumprimento de sentença ou da execução	1003
5.3.	Coisa julgada e execução	1005
5.4.	A suspensão da execução.....	1005
CASO		1010
6. O CUMPRIMENTO DA DECISÃO PROVISÓRIA.....		1011
6.1.	A necessidade de a sentença poder ser executada na pendência do recurso de apelação	1011
6.2.	A realidade do direito brasileiro. O ordenamento brasileiro permite a execução da sentença na pendência do recurso de apelação apenas em hipóteses excepcionais....	1014
6.2.1.	Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos	1015
6.2.2.	Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais	1016
6.2.3.	A execução na pendência dos recursos extraordinário e especial.....	1016
6.3.	Espécies de sentenças executáveis na pendência de recurso não recebido com efeito suspensivo.....	1017
6.3.1.	Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade	1017
6.3.2.	A sentença com eficácia condenatória. A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento	1018
6.4.	Outros provimentos passíveis de execução provisória.....	1019
6.5.	Executividade imediata e cognição.....	1019
6.5.1.	Cumprimento provisório ou cumprimento fundado em decisão provisória?	1021
6.5.2.	Execução completa e execução incompleta.....	1022
6.5.3.	A interpretação da expressão “cumprimento provisório da sentença” ...	1024
6.6.	A efetivação completa da decisão provisória. Os arts. 520, IV e 521.....	1024
6.6.1.	O parâmetro procedural da execução de título provisório	1026

6.7.	A responsabilidade do exequente da decisão provisória. O art. 520, I	1027
6.8.	A restituição ao estado anterior e o dever de reparar o dano. O art. 517, II	1028
6.9.	A defesa no cumprimento de decisão provisória	1028
CASO		1030
7. FORMAS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS.....		1031
7.1. Cumprimento de decisão de prestação alimentícia		1031
7.1.1. Primeiras considerações		1031
7.1.2. Espécies de alimentos e seu regime		1032
7.1.2.1. Alimentos definitivos e provisórios		1032
7.1.2.2. Alimentos legítimos, voluntários e indenizativos		1033
7.1.2.3. Alimentos naturais e civis		1035
7.1.3. Formas de execução dos alimentos		1035
7.1.3.1. Desconto em folha		1037
7.1.3.2. Prisão civil		1039
7.1.3.3. Expropriação		1043
7.1.3.4. Constituição de capital		1044
7.1.4. Procedimento da execução de prestação alimentícia		1045
7.1.4.1. A fase inicial do cumprimento de decisão que impõe prestação alimentar. A aplicação do art. 523, § 1º. O protesto do título		1046
7.1.4.2. Execução por desconto em folha		1048
7.1.4.3. Execução por coerção pessoal (prisão civil)		1049
7.1.4.4. Execução por expropriação		1050
7.1.4.5. Execução por outros meios		1051
7.2. Cumprimento contra a Fazenda Pública		1052
7.2.1. O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública		1052
7.2.2. Procedimento		1053
7.2.3. Regime de precatórios		1056
7.2.4. Requisição de pagamento		1058
CASO		1060
8. PARTICULARIDADES DA EXECUÇÃO DOS DEMAIS TÍTULOS JUDICIAIS....		1061
8.1. Execução por quantia certa fundada nos demais títulos judiciais		1061
8.1.1. Introdução		1061
8.1.2. A liquidação dos títulos		1061
8.1.3. Cumprimento provisório		1062
8.1.4. Técnica executiva aplicável às prestações pecuniárias representadas por títulos judiciais não consistentes em decisão judicial		1063
8.1.5. O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 523, § 1º		1063
8.1.6. O início da execução		1064
8.1.7. Outras questões pontuais		1065
8.2. A execução das prestações de fazer, não fazer e entregar coisa previstas nestes títulos judiciais		1066
CASO		1067

SOLUÇÕES DOS CASOS

CASOS DA PARTE I	1069
Capítulo 1	1069
Capítulo 2	1069
Capítulo 3	1069
Capítulo 4	1070
Capítulo 5	1070
CASOS DA PARTE II	1071
Capítulo 1	1071
Capítulo 2	1071
Capítulo 3	1072
Capítulo 4	1072
Capítulo 5	1073
Capítulo 6	1073
Capítulo 7	1074
Capítulo 8	1074
Capítulo 9	1074
Capítulo 10	1075
Capítulo 11	1075
Capítulo 12	1076
Capítulo 13	1076
Capítulo 14	1076
CASOS DA PARTE III	1078
Capítulo 1	1078
Capítulo 2	1078
Capítulo 3	1078
Capítulo 4	1078
Capítulo 5	1078
Capítulo 6	1079
Capítulo 7	1079
Capítulo 8	1079
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1081